

COMUNICAÇÃO E CAPITALISMO: REPRODUÇÃO E COMBATE

Leônidas Dias de Faria

Resumo:

Este texto consiste em uma reflexão acerca de fenômenos pertinentes à comunicação empreendida à luz do pensamento de Karl Marx. Nesta abordagem, promove-se uma dupla crítica: criticam-se alguns elementos do marxismo, assim como alguns elementos de diversas correntes mais ou menos explicitamente anti-marxistas. No entanto, a fundamentação no pensamento marxiano, bem como a crítica a vários autores que nele se baseiam, comparece no presente estudo sem o recurso de citações, estando incorporada na exposição de idéias próprias do autor ou por ele apropriadas de outros e referentes a noções como cultura, objetividade e parcialidade.

Palavras-chave: *Cultura; Comunicação; Capitalismo; Objetividade; Parcialidade.*

Abstract:

This work is a reflection of the phenomena pertinent to the communication seen in the light of Karl Marx. A double criticism is formulated in this approach: some Marxist elements as well as some elements from various currents allegedly anti-Marxists are criticized. However, the justification supported by Marxist theories as well as the criticism to various authors who are based on them are presented in this current study without resorting to quotations, being incorporated in the exposition of the author's own ideas or by him appropriated and related to notions such as culture, objectivity and partiality.

Key-words: *Culture; Communication; Capitalism; Objectivity; Partiality.*

Mestre em Filosofia pela FAFICH/UFMG. Professor de Filosofia I e Metodologia Científica no curso de Comunicação Social da FCH/FUMEC, nas habilitações Publicidade e Propaganda, e Jornalismo. Membro do Conselho Editorial da Verinotio – Revista On-Line de Educação e Ciências Humanas. Coordenador do Grupo de Estudos da Obra Marxiana, composto por alunos e ex-alunos do curso de Comunicação Social da FCH/FUMEC.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com o presente artigo, apresentam-se considerações acerca do relevante papel dos comunicadores sociais no intrincado processo atual de produção, reprodução e transformação do tecido social de que são elementos, por meio de sua participação específica no intercâmbio e no embate de idéias e valores que têm lugar em tal processo. Paralelamente, avaliam-se criticamente os fundamentos filosóficos de algumas das idéias hoje mais difundidas entre os teóricos acerca do tema.

Em verdade, a crítica apenas se esboça nesse estudo como pretexto para a exposição, por contraste, de idéias próprias do autor ou apropriadas por ele. Para tanto, tomam-se como referencial teórico mais geral os lineamentos mais profundos semeados por Karl Marx ao longo de aproximadamente 40 anos, em numerosos e bem distintos textos, de sua *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, de 1843, às suas notas etnológicas, de 1882, editadas por Lawrence Krader. Além disso, deixam-se abertas as vias para complementações e correções provenientes de outros autores e até mesmo de correntes teóricas distantes do pensamento daquele autor, com o cuidado de que tais complementos não o descaracterizem, inviabilizando a tentativa que aqui se faz de tomá-lo como fundamento – cuidado que se justifica por serem comuns tanto a inserção de elementos pinçados da obra marxiana em contextos teóricos que lhe são alheios e mesmo incompatíveis, como a inserção no tecido teórico estabelecido por Marx de elementos pinçados de outros que lhe são alheios e mesmo incompatíveis.

Trata-se, portanto, de esboçar parâmetros para a compreensão filosófico-científica das relações entre a comunicação e o processo de intercâmbio social efetivo. Esse processo é entendido como uma interação concreta de indivíduos históricos na construção interativa de seu mundo comum e de seu modo comum de lidar com ele, de que a comunicação em geral e a própria linguagem são elementos.

Para ater-se ao mínimo, bastaria dizer que tal abordagem enriquece o conjunto de aproximações possíveis dos objetos do campo em questão. Mas, para além desse mínimo, deve-se dizer que uma investigação de tal tipo é imprescindível para refletir-se adequadamente sobre questões mais concretas, tais como: até que ponto e sob que condições há e pode haver controle social abrangente e legítimo sobre esse elemento da força produtiva social global, que é a mídia, em uma sociedade de classes nos moldes típicos do sistema do capital; ou a questão da possibilidade de existência, numa sociedade com essa, de uma mídia acima dos conflitos ou de sua impossibilidade – impossibilidade que faria

restar apenas a necessidade de cada grupo com interesses distintos e contrários munir-se de seus próprios veículos para uma disputa mais ou menos velada de interesses particulares conflitantes.

Esta investigação adiciona ao rol de recortes a abordagem da comunicação sobre a base do reconhecimento da sociedade como um ambiente complexo, material e imaterial, constantemente produzido pelos indivíduos concretos no interior de relações concretas, caracterizando-se como a autoprodução efetiva do humano em que os elementos simbólicos jogam seu papel específico, sem, no entanto, ser preponderantes. Com base nesses lineamentos, podem ser abordadas, em sua relação com a comunicação, noções como: objetividade, subjetividade, sociabilidade, historicidade, linguagem, parcialidade, ideologia, alienação, fetichismo, manipulação, classes, gêneros, *minorias*, identidade, individualidade, crítica, emancipação, revolução – enfatizando, em cada caso, uma ou mais das diversas dimensões ou instâncias do humano, como a estética, a ética etc.

Com tais elementos fundamentais, pretende-se contribuir para a superação de abordagens problemáticas da obra de Marx, que têm repercussão na teorização acerca da mídia, tais como aquelas que atribuem a esse autor algum tipo de mecanicismo ou determinismo de caráter economicista, do qual decorreria, entre outros problemas, a destituição da subjetividade e a negligência absoluta do papel ativo dos indivíduos na produção histórica do humano; como aquelas que a ele atribuem descaso pelas questões de gênero, raça, etc.; ou, por fim, como aquelas que o reduzem a um crítico da dominação ideológica de uma fração da sociedade por outra.¹

Mas, como não se trata aqui propriamente de defender a obra de Marx de críticas infundadas, tratando-se, mais do que isso, de criticar a partir dessa obra concepções equivocadas sobre o mundo, o maior esforço será feito no sentido de condenar, por exemplo, a pulverização das questões humanas, promovida por muitos dos pensadores pretensamente críticos atuais. E tal condenação se faz pela recolocação da problemática da emancipação humana como um propósito possível, factível, desejável e universalmente defensável, que favorece o equacionamento de todas as questões das *minorias* (já durante o próprio processo de articulação em um só movimento, pelo trabalho conjunto, e não apenas como resultado). Isso evidencia a base comum das problemáticas particulares que, ao contrário de serem negligenciadas, situam-se melhor e passam a ser mais bem pensadas.

Não obstante o fato de que a base comum de tal articulação das problemáticas já tem seu ponto de partida, ainda que apenas abstra-

to, na afirmação conjunta dos mais variados movimentos de que *outro mundo é possível*, grande parte dos teóricos contemporâneos insiste em apontar tal construção conjunta de um novo mundo como inviável, assim como qualquer projeto dessa envergadura, dado que necessitaria de uma abordagem não fragmentária do mundo, o que é algo para eles impossível.

Assim, a pulverização das questões humanas e a perda de seu solo social comum só são fortalecidas por esses críticos, que se arvoram, no entanto, em defensores de cada uma das causas em questão isoladamente. E esse fortalecimento, que é de fato debilitação e fragmentação, ancora-se em parte no relativo isolamento das várias instâncias da existência sócio-histórica humana promovida nas elaborações teóricas desses pensadores. Segundo eles, devemos discernir uma lógica independente em cada instância: cultural, política, econômica etc., não podendo um observador entender qualquer uma delas como preponderante sobre as demais.² Nas versões mais problemáticas, atribui-se caráter natural, portanto absolutamente necessário, aos processos econômicos, conferindo-se, por outro lado, total autonomia às *esferas* cultural, política etc. Em qualquer de suas versões, essa pretensão crítica perde de vista a integridade da existência sócio-histórica humana, relacionando suas várias instâncias apenas epidérmica e acidentalmente, o que, além de tudo, distorce cada uma das partes, descaracterizando sua lógica própria. Por esse expediente, abandona-se o único ponto de partida legítimo para a compreensão do todo, de que aqueles movimentos, cada um a seu modo, pretendem transformar cabalmente: o processo sócio-histórico efetivo de produção material do humano. Na apreciação dos piores desses pretensos críticos, um conjunto ralo de elementos desse todo é levado em conta como fenômenos estritamente econômicos, em torno dos quais gravitam os culturais, os políticos etc., sendo os primeiros regidos por leis naturais e os demais por nosso livre arbítrio, no interior de uma comunidade discursiva.

Paradoxalmente, no entanto, a mesma integridade negada pelos pretensos críticos é sistematicamente afirmada por eles por meio de um instrumento a que dizem não recorrer: as grandes narrativas. Vê-se isso nas idéias de globalização e de nova era, seja da informação, do conhecimento, pós-moderna, da comunicação ou do que for, que a todos envolve ou irá necessariamente envolver um dia. Com essa má filosofia, elimina-se o chão, ao invés de pavimentá-lo para as reflexões mais circunscritas. Elimina-se a partir de reducionismos dogmáticos que seduzem os leitores mais incautos e mais afeitos a modismos, fa-

zendo-os crer na realidade humana como um construto meramente discursivo, simbólico, lingüístico, que incrivelmente se instaura mais ou menos à parte da produção material.³ E essa eliminação deslegitima *a priori* qualquer crítica, dado que a existência humana efetiva é reduzida a algo amorfo e indeterminado, cujos sentidos e significados são *atribuídos* pela pessoa individualmente (reduzida a um sujeito puro e avulso, atirado a uma odisséia solitária no hostil mundo social) ou por grupo particular de indivíduos (reduzidos a sujeitos puros e semi-avulsos, por se inserirem em um subgrupo qualquer, mas igualmente atirados a uma odisséia no hostil mundo social), não podendo as visões de mundo daí resultantes ser julgadas a partir de outra *visão de mundo*.⁴ E é daí que provém, eivada de contradições, a pretensão dos teóricos moralistas da comunicação de que a atribuição de sentidos aos fenômenos sociais é algo que deve ficar a cargo do jornalista bem formado, gabaritado para isso por um conjunto de qualidades desenvolvidas especificamente para tal fim (não se sabe como), incluindo-se aí os valores que prevalecem na sociedade.⁵

Buscando enfrentar ou angariar elementos para o enfrentamento de tais problemas, faz-se a seguir a denúncia indireta de uma dupla má-leitura: por um lado, a da obra de Marx; por outro, a da própria realidade. E para empreender essa tarefa, vai-se das considerações mais abstratas àquelas mais concretas.

FUNDAMENTOS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A COMUNICAÇÃO

O produto da atividade do comunicador é cultura, de modo que é como produtor de um elemento cultural específico que deve ser entendido esse agente. Este parece ser um ponto pacífico. Mas o quê, na existência humana, pode ser entendido como cultura? Neste ponto instaura-se a polêmica. Como contribuição para a sua solução, propõe-se aqui uma noção de cultura como sendo o processo e os produtos do processo de produção material da vida.

O termo *cultura*, portanto, em sentido mais amplo, pode ser entendido como o processo e o resultado do processo de imposição de forma humana a elementos da natureza, inclusive daqueles presentes nos próprios indivíduos humanos. Daí, pode-se compreender a cultura como manifestação da liberdade parcial dos homens em relação às determinações naturais. E pode-se entender como produção cultural a criação simultânea e constante, pelos indivíduos em interação, de um *mundo próprio* e de um *modo próprio* de lidar com esse mesmo

mundo e consigo mesmos nesse mundo, formando um *sistema social*. Criação, portanto, não só de objetos e maneiras de lidar com os objetos, como também de relações sociais no interior das quais se fazem usos diversos de tais objetos.

Em sentido mais restrito, pode-se entender a produção de cultura como a produção de valores e representações, bem como de alguns objetos que, juntos e em relação, não só expressam, mas também exercem influência objetiva no mundo humano e no modo humano de lidar com ele, propiciando o desenvolvimento e/ou o entorpecimento das individualidades. Neste sentido mais estrito, os produtos culturais são o que se costuma chamar de bens simbólicos – embora muitos dos quais tenham suporte material evidente e todos se refiram a contextos materiais e a seus problemas, embora à sua maneira.

A cultura, em sentido estrito, é sempre um elemento da cultura em sentido amplo, uma vez que dado *modo de vida* inclui em si determinados valores, representações, modos de expressão que manifestam simbolicamente demandas efetivas dos indivíduos em dada forma de organização de sua vida conjunta em circunstâncias objetivas, bem como os orientam em sua busca de satisfação.

Outro ponto relevante é que um sistema social, ou uma cultura, no sentido amplo, traz em si elementos conflitantes, de modo que nem todo elemento consiste necessariamente em endosso do sistema em que se produz. Tal tipo de sistema, portanto, não determina estritamente um único padrão de comportamento para os indivíduos que o compõem, mas possibilita vários padrões (inclusive singulares), embora favoreça mais àqueles que tendam à sua reprodução do que àqueles que tendam a questioná-lo e a transformá-lo. Com base nessa idéia, pode-se criticar a redução dos bens simbólicos, por alguns teóricos, a meros instrumentos de reprodução do sistema social, assim como se pode abrir espaço para discussões acerca de como incrementar a propagação de idéias efetivamente críticas.

Como se disse, recebem mais reforço os elementos culturais que endossam o *status quo*, direta ou indiretamente. O sistema social capitalista, por exemplo, propicia com mais vigor o comportamento egoísta e estreitamente hedonista,⁶ voltado ao consumo privado de riquezas para a satisfação imediata e exclusiva do consumidor, bem como a conseqüente redução do mundo, inclusive dos demais indivíduos, a mero meio para essa satisfação⁷. Em tal sistema, a necessidade de escoamento de mercadorias para a realização da mais-valia⁸ nelas contida propicia o desenvolvimento de mecanismos de estímulo à compra, que são travestidos de incentivo à construção da individua-

lidade e ao exercício e incremento da liberdade, por meio do incentivo do culto a si mesmo por indivíduo – perceptível na repetição incessante, mais intensamente, mas não exclusivamente, pela publicidade, do jargão: *Você é o que importa!*.

No entanto, você é o que menos importa! O estímulo à individualização no capitalismo não só é secundário, mas também limitado. Nele você pode querer e é estimulado a querer um mar de riquezas no qual nadará sozinho ou, no máximo, na companhia de *amigos*. A função destes é admirar-se de seu sucesso e invejá-lo, dado que a inveja dos outros é uma iguaria a ser consumida com grande prazer pelo indivíduo egoísta; no entanto, você não pode querer um mundo em que não haja discrepância entre as condições sociais objetivas de desenvolvimento das potencialidades de todos os indivíduos. Nesse contexto, é sistematicamente apresentado como utópico o propósito de se criarem em escala global condições sociais objetivas para o melhor desenvolvimento possível de cada um. Na televisão, no rádio, em livros, em filmes, nas discussões sobre moda, na música, etc. exaltam-se, no máximo, *iniciativas individuais*, excepcionais por princípio, que visam a uma atitude pretensamente diferente daquela dos demais. Louvam-se, até certo ponto, os esforços dos indivíduos em serem diferentes; mas esse louvor vai atenuando-se até se tornar, por fim, condenação, quando essa diferença se aprofunda e os esforços dos indivíduos envolvem também o intuito de que o próprio mundo humano se torne algo profundamente diferente do que é hoje. Se se objetiva a criação de um mundo em que os indivíduos não tenham que disputar uns com os outros em todas as instâncias de suas vidas as poucas e débeis possibilidades de realização, esse intuito é apresentado como algo que desestimula o empenho dos indivíduos em serem diligentes, retirando-lhes a possibilidade de recompensa exclusiva, que seria seu único motivo possível. Condena-se como coletivista todo pensamento ou ação que caminhe nessa direção, apresentando-os como retrógrados e avessos à liberdade individual, por tenderem à padronização dos indivíduos.⁹

Inegavelmente, o capitalismo impulsiona a complexificação progressiva do processo de individualização social de um modo sem precedentes, como conseqüência da integração (hoje em escala virtualmente global) e diversificação interna do trabalho social que nele se promove necessariamente. Também de modo inegável propicia a apreciação quase generalizada da liberdade e da igualdade, por exemplo, como valores universais,¹⁰ embora imponha ao mesmo tempo obstáculos intransponíveis à sua efetivação, inclusive valores contrastantes. E o es-

tímulo que dá nesse sentido deriva da igualdade formal entre os indivíduos e da liberdade de disposição de si mesmo e de suas posses, como condições incontornáveis do funcionamento do próprio sistema, que pressupõe a livre troca entre iguais.

Assim, embora com menos força e em choque com os aspectos negativos que apresenta, há elementos no sistema social atual que propiciam a sofisticação da vida dos indivíduos e inspiram neles a demanda pela criação de melhores condições sociais para o desenvolvimento individual. E é à luz da compreensão desse conjunto de circunstâncias que se deve pensar toda a cultura revolucionária até hoje produzida sob o sistema do capital, com seus sucessos e fracassos, seu potencial e suas limitações. Somente compreendendo essa tensão entre tendências distintas no interior do contexto atual é que se podem pensar os elementos culturais diversos que se produzem a partir dele, mas que trazem consigo o propósito de transformá-lo, visando à satisfação de demandas que ele já foi capaz de inspirar, mas se mostra incapaz de realizar.

Para que não se passe uma idéia limitada sobre o assunto em pauta, deve-se ressaltar que as mesmas condições sociais propiciam, com mais ou menos intensidade, não só dois, mas vários e inconciliáveis intuítos: a necessidade de retorno a formas sociais anteriores - ou *posição reacionária*; a necessidade de manutenção da ordem vigente - ou *posição conservadora*; a necessidade de aprimoramento - ou *posição reformista*; a necessidade de transformação radical - *posição revolucionária*. Cada uma das necessidades pode ser potencializada por mecanismos culturais em sentido estrito, isto é, por valores, representações, etc., bem como pode impulsionar a criação de espaços midiáticos para a sua propagação. Mas, dadas as relações sociais de produção atuais e a correlação de forças características das mencionadas relações, as necessidades conservadoras tendem a receber mais estímulo, o que se percebe pelo bombardeio *mediático* de *discursos apologéticos*, que a tradição marxista convencionou taxar de *ideológicos*, como se fosse este um termo mais preciso. Essa predominância de valores, idéias, hábitos mentais, etc. de caráter conservador nos veículos de comunicação social em massa se explica, por um lado, pelo fato de tais veículos funcionarem sob a forma de empresas capitalistas, cuja finalidade é o lucro, não tendo por isso qualquer intenção de estimular a crítica ao sistema; e, por outro, pelo fato de o serviço específico que prestam ser de grande utilidade às demais empresas capitalistas, de modo que elas destinem recursos enormes para a compra de tais serviços, fazendo desses veículos seus instrumentos.¹¹

REPRODUÇÃO E COMBATE

Conforme se expôs, a produção cultural em sentido geral confunde-se com a própria produção da vida humana a partir da modificação deliberada da natureza pelos homens; e em seu sentido estrito se refere à produção e propagação de valores, representações, etc., internas àquele processo, condicionadas, mas não estritamente determinadas pelas circunstâncias sociais¹². Como também se viu, embora a produção cultural possa caracterizar-se, em alguns casos, pela contraposição ao contexto social vigente, ela tende a ser mais favorecida no sentido de legitimá-lo. E nesse contexto a comunicação social mediada, importante elemento cultural, é predominantemente produzida no interior de veículos ou de agências de comunicação estruturados sob a forma de empresas capitalistas, que buscam a reprodução ampliada das somas investidas.¹³ Desse modo, a mídia configura-se predominantemente como instrumento que contribui para a formação nos indivíduos de uma subjetividade compatível com a reprodução do sistema, promovendo a naturalização do comportamento egoísta, caracterizado pela redução do outro a meio de satisfação ou rival, adversário a ser vencido na busca por satisfação.

Ainda que não se possa dizer que isso se faz segundo um plano geral ou uma conspiração, o que se vê prioritariamente na mídia é o estímulo à busca de realização da individualidade em oposição ou com base na manipulação do outro. Ou, no máximo, à parte do que ocorre com o outro, tendo nele apenas um limite a ser reconhecido como tal ou um parâmetro externo, muitas vezes indesejável. Raramente se prescreve na mídia o desenvolvimento da individualidade pelo convívio saudável com o outro. Quando isso acontece, quase nunca se toca na necessidade de modificação profunda das relações sociais de produção que fundamentam a vida social atual em escala global, constituída pela integração violenta dos mais longínquos rincões em um só todo social. Nesses casos, costuma-se ater a uma necessidade de reforma de valores que supostamente nada tem a ver com relações objetivas de produção, isto é, com a propriedade privada e com o trabalho assalariado, bem como com a competição generalizada que daí decorre entre todos os indivíduos, em todos os âmbitos de suas vidas – insiram-se eles ou não em uma ou outra das classes fundamentais referidas e sejam eles ou não dotados de qualidades que, de um modo ou de outro, o sistema atual incorporou de outros anteriores como estigmatizantes.¹⁴ À parte de questionamentos mais profundos, estimula-se e louva-se na mídia, quando muito, a formação de “comuni-

dades” as mais diversas, inclusive virtuais, inspiradas por determinados elementos culturais em sentido estrito comungados e com vistas a uma espécie de emancipação subjetiva. Acredita-se possível erigir essas comunidades nas frestas do sistema e indiferentemente a ele, mas não só o pressupõem (o que é inevitável), também fortalecendo com sua perseverança. Elas não questionam e não agem contra o fato de que o próprio acesso de cada indivíduo, tanto aos demais de sua *comunidade* como a si mesmo, está mediado pelo capital, tornando-se passíveis de assimilação por ele como *nichos* ou *fatias* de mercado. E esse ilusório *pôr-se à margem*, que nunca é efetivo (por não se furtar às condições efetivas de emancipação a não ser por abstração ou, mais precisamente, na fantasia), é algo que se estimula não só entre os comunicadores, mas também entre teóricos da comunicação.

Então, a atividade do profissional de comunicação como tal (que não se confunde com sua atuação como indivíduo social em geral, mas tem relações íntimas com ela) se põe, de um lado, entre a mera exploração de suscetibilidades com vistas ao lucro da(s) empresa(s) a que serve e, de outro, no atendimento e mesmo criação de demandas emancipatórias legítimas, por meio da exploração de elementos culturais efetivamente críticos disponíveis ou passíveis de serem criados a partir do contexto vigente. Se submetida de modo acrítico ao sistema capitalista, a atividade do comunicador social se atém à mera exploração de *fatias* do mercado, propagando valores e idéias convenientes à reprodução do sistema, tal como a identificação ilusória entre liberdade e individuação egoísta. Se insubordinada ao sistema capitalista, tal atividade se caracteriza pela incontornável conformação parcial, como garantia de sustentação, associada, no entanto, ao aproveitamento e ampliação de fissuras do sistema, com vistas a contribuir para fazê-lo ceder lugar a outro e mais racional.

Embora sofram inúmeras restrições materiais e imateriais, como a habitual falta de recursos e as dificuldades de auto-esclarecimento e esclarecimento alheio derivada da prevalência dos estímulos contrários, entre os quais a contemplação dos fracassos de tentativas anteriores de superação do capitalismo, esse aproveitamento e essa ampliação contam com um conjunto crescente de condições para sua efetivação. Entre tais condições, encontram-se o avanço tecnológico e a integração virtualmente global do trabalho social (que, com uma expressão limitada e limitadora, se chama de *globalização econômica*). Eles propiciam um intercâmbio multiforme e por custos progressivamente mais baixos de elementos culturais em sentido estrito em um raio cada vez mais amplo entre os interessados em uma mudança social profunda, de que

a profusão de sites na internet relacionados a esta temática é uma evidência significativa (mas não a única). Além disso, encontra-se entre tais condições uma profusão de estudos, nos mais variados campos, sobre a possibilidade, a necessidade e a urgência da superação do sistema social do capital, inclusive envolvendo críticas severas às tentativas históricas já empreendidas com esse fim; estudos a que aquela facilitação dos processos comunicacionais permite o acesso.

PRECEITOS PARA A BOA PRÁTICA COMUNICACIONAL

Para levar-se adiante com radicalidade a argumentação aqui desenvolvida, adentrando-se o campo da ética, deveria ser dito que a vida reta é aquela conduzida em contraposição ao sistema social vigente. Esse sistema visa à sua superação a partir da contribuição decidida e constante, com a instauração de um novo conjunto de relações sociais de produção que possam garantir a utilização das forças produtivas vigentes (e daquelas ainda por se desenvolver) na criação constante das condições materiais de desenvolvimento dos indivíduos humanos em geral – não segundo um padrão preestabelecido, mas segundo apropriações singulares que cada indivíduo ache por bem fazer.¹⁵ No caso do comunicador profissional, segundo essa concepção, a virtude estaria em contribuir sistematicamente para que as condições do sistema fossem percebidas pelo público em geral, para que este se sentisse estimulado a pensar, debater e forçar a criação de formas alternativas de produção de sua própria vida. Nessa inserção da comunicação na esfera da ética, não se recairia no erro de eleger a comunicação como âmbito por excelência da ética, não se incorrendo, portanto, no equívoco de reduzir a esfera da ética à esfera do discurso ou mesmo de apresentar o plano discursivo como viés adequado para sua abordagem. Compreendendo-se a ética em seu vínculo com os elementos mais efetivos da produção da vida humana em sociedade, o tratamento das questões éticas envolvidas na comunicação deveria seguir rumo muito distinto.

Como seria necessário mais espaço que o disponível para levar adiante essa argumentação, atém-se aqui aos preceitos que devem ser admitidos mesmo por aqueles que não almejam ou não acreditam na possibilidade de uma transformação profunda da sociedade contemporânea, mas têm o intuito de estimular-lhe os elementos positivos para que sobrepõem ou mesmo eliminem os negativos. Tais requisitos para a prática louvável do comunicador social (especialista ou não) são a *objetivi-*

dade e a *parcialidade*¹⁶. Assim, mesmo que não almeje a transformação profunda da sociedade nem acredite em sua possibilidade, mas tenha a legítima intenção de contribuir para o seu bem, o comunicador social tem como condição para a sua prática correta a apresentação objetiva dos fatos, embora nunca em sua integralidade, bem como a assunção explícita de um posicionamento em relação aos mesmos.

Embora a recomendação de parcialidade seja incomum e mesmo contrária ao que geralmente se prescreve, o imperativo da objetividade é um postulado tantas vezes defendido quanto atacado. E a partir da afirmação de sua excelência ou da crítica de sua ingenuidade (sempre, no entanto, sob a profissão das mais elevadas intenções), várias posições são assumidas, até mesmo o abandono pelo comunicador da responsabilidade por qualquer veracidade daquilo que comunica, que deve ser reconhecido como quase ficcional.

Para se esclarecerem os sentidos com que aqui se apresentam os termos *objetividade* e *parcialidade*, com vistas a evidenciar a especificidade da posição ora defendida, são necessárias algumas considerações. A primeira, referente à parcialidade, é a de que nunca se compreende o objeto em sua integralidade, dado que já a apreensão das informações acerca dos fatos é condicionada não só pelas limitações próprias aos sentidos humanos, como por uma visão de mundo,¹⁷ por um dado modo de investigar e por propósitos que motivam a investigação. Essas são limitações incontornáveis, podendo apenas ser mitigadas. E, quando avaliadas como nocivas, castradoras, deve-se tentar atenuá-las com todos os recursos disponíveis.

Dito isto, pode-se dizer que não cabe, em qualquer circunstância, a condenação de uma asserção sobre a realidade por ser ela parcial, no sentido de não ser integral. De modo que o que resta para ser condenado é a mutilação ou modificação dos dados apreendidos, com vistas a induzir no receptor uma percepção que o próprio transmissor sabe ser falsa ou insuficiente. Esta, sim, é uma parcialidade que deve ser condenada e combatida. E não se confunde com a tomada explícita de posição diante de uma ocorrência qualquer que se relata.

Então, para se entender o que está sendo defendido aqui, deve-se atentar para o fato de que o termo *parcialidade* pode assumir vários significados. Pode significar a) uma *incompletude involuntária e inevitável*, que pode apenas ser atenuada e nunca se pode, portanto, condenar, a menos que seja pela falta de esforço em atenuar suas limitações; b) uma *incompletude voluntária e passível de controle* por parte do indivíduo, sendo sujeita à avaliação moral ou de outro caráter quando o recorte feito é insuficiente para os propósitos que o impulsiona-

ram ou quando os propósitos mesmos são condenáveis; c) uma *distorção involuntária, derivada de uma abordagem ineficaz*, que pode envolver implicações morais quando o conhecimento é pré-requisito para se assumir a responsabilidade por uma ação.

Tanto a posição que aqui se recomenda como aquela que aqui mais se condena são casos do segundo sentido. Uma e outra consistem em uma abordagem marcada por uma *tendência voluntária, derivada de uma tomada de posição* explícita, que pode ser justificada ou injustificada, sendo a possibilidade e o fato de justificar-se o que faz de uma abordagem desse tipo algo recomendável.¹⁸

Com base em tal argumentação, restringe-se aqui à recomendação de que o comunicador social explicita o recorte feito e suas intenções ao fazê-lo, para que não fiquem omissas suas intenções a seu receptor, bem como os elementos que não se levaram em conta em sua comunicação, podendo esse receptor avaliar sua pertinência. Ir mais adiante e exigir total imparcialidade de um comunicador é exigir-lhe indiferença quanto àquilo que transmite; mas, se a informação lhe for indiferente, não terá como despertar-lhe o ímpeto em explorá-la e difundi-la. Portanto, pedir que um comunicador seja totalmente imparcial é pedir-lhe não só que deixe de ser comunicador, mas também que deixe de ser humano – por demandar-lhe a superação da motivação, do interesse em suas abordagens do mundo, bem como por demandar-lhe a superação cabal de suas limitações sensoriais. O que se pode e deve exigir de um comunicador é um posicionamento claro e fundamentado. Desse modo, segundo o que aqui se defende, o bom comunicador *pode adotar, adota e deve adotar* uma posição e defendê-la, se ele se sentir seguro para fazê-lo publicamente assumindo a responsabilidade pelas conseqüências de seus possíveis equívocos sobre a formação e conseqüente ação de seus receptores – devendo abster-se de se pronunciar sobre o evento em questão, caso não goze de tal segurança. Mas, é necessário ter sempre em mente que sua posição (assim como a dos teóricos e magistrados, por exemplo) exige que as demais posições sejam mencionadas de modo claro, em sua consistência ou inconsistência intrínseca – seja para criticá-las, seja pra tomá-las a seu favor. O bom comunicador, portanto, deve posicionar-se, mas ao mesmo tempo deve preocupar-se com o cotejamento de suas posições com as demais disponíveis.

O que é condenável em um comunicador social é a adulteração ou supressão voluntária de dados para a obtenção de fins privados, acompanhada da omissão das posições divergentes. Nesse ponto, é conveniente que o leitor compreenda que não se defende aqui a apresenta-

ção da posição do comunicador como *tão legítima como as demais*, mas a apresentação de sua posição como a mais legítima ou mesmo a única legítima, recomendando-se aqui a tomada efetiva de um posicionamento. Assim, se de fato o comunicador está em dúvida, ele deve expressá-la, sendo essa a sua posição; mas não deve colocar como equivalentes por princípio todas as *visões*, tal como hoje se tem o costume de fazer, no meio acadêmico e fora dele, por contaminação.

A parcialidade acima referida como derivada de abordagem ineficaz merece avaliação de tipo diferente, por não se confundir com a escamoteação deliberada. Tal parcialidade caracteriza-se por ser fruto de uma compreensão do objeto que não capta dele todos os elementos necessários para a consecução do propósito que a motivou. E essa debilidade implica responsabilidade moral quando a capacidade de apropriação intelectual suficiente do objeto se apresenta como requisito necessário para que seu resultado seja comunicado publicamente.

Para que fique clara a noção de objetividade que aqui se recomenda para a atividade comunicacional, convém, antes de tudo, não confundir-la com imparcialidade. Isso porque podem ser feitas várias abordagens de um mesmo objeto, sendo todas elas parciais, tanto por serem limitadas como por serem movidas por interesses, sem que deixem de ser objetivas, isto é, que deixem de captar algo que de fato esteja no próprio objeto abordado (ainda que ao modo específico de nosso aparato cognitivo),¹⁹ evitando imputar-lhe alguma qualidade nele inexistente. Assim, o interesse não impossibilita a apreensão efetiva de um dado objeto em alguns de seus aspectos, podendo até influenciar positivamente nessa apreensão, e não só de modo negativo, como os críticos unilateralmente concebem. Contrariando em ato a apreciação dos críticos, os indivíduos, em seu dia-a-dia, tomam seus interesses como guia em uma abordagem do mundo que, se não gozasse de qualquer objetividade, os conduziria ao fenecimento. Pois eles precisam entender o mundo e a si mesmos no mundo e em sua relação a ele para que (à revelia dos epistemólogos relativistas de plantão) façam do mundo e de si mesmos o que de fato fazem cotidianamente – ainda que sua apreensão de mundo seja sempre limitada e esteja usualmente eivada de equívocos e fantasias, não sendo plena nem plenamente objetiva²⁰.

Segundo aqui se defende, portanto, um discurso objetivo não é aquele que expressa determinado objeto em sua integralidade (o que, como se viu, é impossível), mas aquele no qual se expressa algo verdadeiro sobre o objeto, evitando expressar o que esse objeto não é. Assim, quando se profere um discurso objetivo, não se diz tudo do ob-

jeto, mas aquilo que responde de fato à pergunta feita a seu respeito, evitando a sua mescla com elementos enganosos acerca do objeto. E, como são possíveis vários recortes de um objeto, deve-se compreender que são possíveis vários discursos objetivos sobre ele, como se viu. Contudo, deve-se compreender também que tais discursos múltiplos devem ser coerentes, compatíveis e complementares, sob pena de um ou mais deles, bem como todos eles, não serem objetivos – de serem apenas imputações de qualidades ao objeto pelo sujeito que sobre ele pensa e discursa. E tal asserção difere radicalmente daquela segundo a qual todos os pensamentos e discursos se equivalem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À parte a captura limitada de informações dos objetos via sentidos humanos, sua fragmentação por meio da abordagem cognitiva pode ser fruto de um propósito de escamotear, bem como de equívoco, devendo ser evitada nesses dois casos; no primeiro, com base em um posicionamento de caráter moral e, no segundo, com base em um incremento das capacidades de pesquisa, posicionamento epistemológico que também envolve algo de moral. Mas esse recorte pode ser oriundo também de um propósito legítimo de orientar uma ação específica sobre o objeto. Isso não demanda a consideração de alguns de seus aspectos ou elementos, pois a eles não diz respeito a ação para a qual sua consideração viria a ser um dispêndio inútil de energia e recursos diversos. Eles devem ser direcionados para a coleta, o processamento e a organização de informações relevantes para o fim almejado. Neste caso, trata-se de uma parcialidade recomendável, que deve ser assumida explicitamente para não suscitar associação errônea com as demais.

A grande questão relacionada ao assunto em pauta diz respeito à qualidade do propósito que motiva o recorte da realidade por parte do comunicador, bem como às circunstâncias que condicionam sua motivação, tais como as possibilidades e as limitações sócio-históricas em que se inscreve aquele agente. Mas, como o desdobramento devido de tal assunto foi abandonado, em função da exigüidade do espaço disponível, fazem-se aqui apenas algumas últimas considerações sobre a matéria.

Como dito, o comunicador social correto é aquele que manobra todos os recursos à sua disposição para trazer à luz os elementos nocivos do sistema social vigente e também aqueles positivos. O propósito disso é estimular em seus receptores a reflexão sobre a possibili-

dade, a necessidade e a conveniência de se aproveitarem tais elementos positivos em um processo de eliminação dos elementos negativos, através do revolucionamento cabal (mas, claro, não instantâneo) das circunstâncias atuais. Além disso, merece consideração cuidadosa o fato de que não se deve centrar apenas na postura ou atitude de quem elabora e transmite informações, mas também na preparação daqueles que as recebem, assimilam, utilizam e propagam, já ocupando o pólo oposto no processo comunicacional, por todas as vias disponíveis e passíveis de desenvolvimento. Isto porque, àquele devidamente preparado, uma comunicação viciada pode aparecer como tal e ser, no fim das contas, instrutiva, por inspirar a crítica; bem como àquele despreparado, uma boa comunicação pode não ser percebida como tal ou ser mal compreendida.

Tais considerações evidenciam como necessária a inserção das tentativas de incremento da comunicação em um processo mais amplo de incremento da vida social como um todo a partir de todas as vias potencialmente emancipatórias, em que deve engajar-se o comunicador social - profissional ou não. Para conter o arrepio dos leitores, cumpre notar que não se tem o intuito de implementar um processo de *condução das massas ignorantes ao paraíso*, com o auxílio dos comunicadores, mas de instigar nas pessoas de modo geral a reflexão e a discussão progressivamente aprofundadas e constantes sobre a pertinência ou não de se perpetuar o processo atual de produção da vida humana em que essa mesma vida, para dizer o mínimo, fica em segundo plano, tendo em vista que a satisfação das necessidades dos indivíduos se submete, como meio, ao processo de acumulação de capital.

NOTAS

¹ Muito da leitura marxista da mídia é feita a partir da noção de ideologia, tendo-a como central e tomando-a no sentido usual de “falsa consciência”. O primeiro passo de uma crítica é indicar que esta é uma noção marxista e não marxiana, isto é, formulada por ditos continuadores da obra de Marx e não pelo próprio autor. Um segundo e mais importante passo é apontá-la como extremamente limitada na sua apreensão das relações entre posicionamento de classe e produção ideal, simbólica, etc., se comparada às asserções sobre o tema que se encontram, por exemplo, nas *Teorias da Mais-Valia*, bem como em várias outras obras de Marx posteriores a 1843. Seguindo esses *continuadores* da obra de Marx, veremos esse autor se tornar um crítico da dominação ideológica, exatamente aquilo que ele de modo tão irônico apontava como limitação nos neohegelianos tanto em *A Ideologia Alemã*, como em *A Sagrada Família*, ambas escritas em parceria com Engels, nos anos de 1845 e 1846, respectivamente. Para um tratamento adequado do tema, consultar *Marx: Estatuto ontológico e resolução metodológica*, de José Chasin, *Usina onto-societária do pensamento*, de Ester Vaisman, *Crítica à especulação e determinação social do pensamento na obra marxiana de 1843 a 1848*, de Silvia Barbosa e *A determinação sócio-histórica das formações ideais nas Teorias da Mais-Valia de Karl Marx*, do autor do presente artigo.

- ² Alguns deles chegam ao ponto de separar dessas uma esfera *social*, enveredando-se no absurdo de negar à cultura, à política e à economia o seu caráter necessariamente social, que é reservado a uma esfera exclusiva.
- ³ Para uma argumentação consistente contra tais reducionismos, consultar a coletânea *Em defesa da história: Marxismo e Pós-Modernismo*, organizada por Ellen Meiksins Wood e John Bellamy Foster e publicada em português pela editora Jorge Zahar, em 1999, principalmente o texto de David McNally, *Língua, história e luta de classe*, e o texto de Ajiz Ahmad, *Problemas de classe e cultura*. Consultar também os textos referidos na nota 1.
- ⁴ Como se a cena em que tal embate se põe ou se nega não fosse necessariamente um mundo que evidencia concretamente uma ligação entre os seus participantes e como se a própria discussão, como sua negação, não pressupusesse um domínio comum de capacidades e noções, evidenciando alguma compatibilidade das “visões de mundo” em litígio e, portanto, uma *visão de mundo* mais ampla que as engloba, apesar das divergências mais específicas, que se pode querer debater ou privar do debate. Só se pode discutir ou negar-se a discutir com base em alguma concordância.
- ⁵ Se o parâmetro para os juízos, no entanto, é aquele conjunto de valores mais em voga na sociedade atual, o mais provável é que o jornalismo venha a fazer jus de fato à expressão *quarto poder*, dado que irá juntar forças aos três poderes institucionais por meio dos quais uma parte da sociedade domina a outra, dando ainda mais legitimidade e desdobrando e exploração de fundo econômico, que se opera por meio de tal dominação.
- ⁶ Um hedonismo não estreito seria aquele que visa ao prazer de se viver livre entre homens livres.
- ⁷ A ponto de dissuadir os indivíduos da importância da ação produtiva para a construção de sua individualidade, levando-os a crer que o empenho de energias em um processo produtivo qualquer é essencialmente degradante, tal como o é sob a lógica da produção de riquezas com vistas à acumulação de capital, em que os indivíduos se inserem pela necessidade de subsistência – se possível progressivamente incrementada.
- ⁸ Para uma resposta à acusação de impropriedade da noção de mais-valia, consultar *Democracia contra capitalismo: Renovação do Materialismo Histórico*, de Ellen Meiksins Wood.
- ⁹ Pelo que foi dito, pode-se concluir que a padronização de que tanto fogem, legitimamente, já vitima muitos indivíduos no sistema social em vigor.
- ¹⁰ Cumpre aqui mencionar uma limitação significativa da idéia de liberdade hoje mais em voga: o fato de que nela o outro aparece como limite da liberdade de cada indivíduo e não como sua condição de possibilidade.
- ¹¹ Como se aludiu, esse é um sentido em que os meios de comunicação, não só através do jornalismo, servem ao exercício de um *quarto poder*.
- ¹² Deve-se acrescentar, ainda, que o próprio consumo de objetos culturais, em qualquer dos sentidos, é ele próprio cultural; quer dizer, é fruto da ação mais ou menos consciente e voluntária dos homens sobre si mesmos em dado meio, em relação com esse meio, com os objetos que consome e com os objetos com os quais interage durante esse consumo – entre os quais podem estar, e geralmente estão, pessoas.
- ¹³ Contribuindo com a propagação das marcas alheias mediante aluguel de espaço, inclusive virtual.
- ¹⁴ Para um comentário pertinente, profundo e rigoroso sobre as questões de gênero, sexualidade, etnia, credo, etc. no capitalismo, consultar a coletânea *Em defesa da história: Marxismo e Pós-Modernismo*, organizada por Ellen Meiksins Wood e John Bellamy Foster, já referida, principalmente o texto de Ellen Wood, *O que é a agenda pós-moderna?*, o texto de Meera Nanda, *Contra a destruição/desconstrução da ciência: histórias cautelares do terceiro mundo*, e o texto de John Bellamy Foster, *Marx e o meio ambiente*.
- ¹⁵ Deve-se diferenciar esta situação daquela vivida pelo indivíduo atual, que é atirado à sua própria *sorte* em uma disputa encarniçada com os demais, a partir de condições mais ou menos favoráveis, pelas condições de sua satisfação. A este respeito, são esclarecedoras as idéias de Chasin. Tanto aquelas presentes em seu texto póstumo *Rota e prospectiva de um projeto marxista*, como aquelas apresentadas por Ester Vaisman em *Dossiê Marx: itinerário de um grupo de pesquisa*.
- ¹⁶ É necessário ao leitor notar que não se defende aqui a necessidade de imparcialidade, associando-a, como tradicionalmente se faz, à objetividade; ao contrário, associa-se objetividade à parcialidade, esta última tanto no sentido de incompletude, como no sentido de tomada de partido, como se irá esclarecer, e a primeira como captura efetiva de qualidades do objeto pelo sujeito que o aborda cognitivamente, como também será esclarecido.
- ¹⁷ Na verdade, se quisermos mais concretude e precisão, devemos dizer que a apreensão é condicionada por uma posição no mundo de que determinada visão de mundo é um elemento.

¹⁸ Como aqui não se vai progredir com a argumentação radical anteriormente esboçada, mas apenas com sua versão atenuada, também mencionada, não se fazem considerações sobre a necessidade de a justificativa ir além da particularidade em direção à universalidade.

¹⁹ A este respeito, são valiosas as notas de Chasin apresentadas por Ester Vaisman em *Dossiê Marx: itinerário de um grupo de pesquisa*.

²⁰ Para uma argumentação consistente a este respeito, ver *Marx: Estatuto ontológico e resolução metodológica*, de José Chasin, bem como *Dossiê Marx: itinerário de um grupo de pesquisa*, de Ester Vaisman.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHMAD, Aijaz. Problemas de classe e cultura. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (Org.). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1999. p.59-73.
- BARBOSA, Sílvia Pereira. *Crítica à especulação e determinação social do pensamento na obra marxiana de 1843 a 1848*. 2001. 190 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- CHASIN, José. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de o capital*. São Paulo: Ensaio, 1995. p. 335-537.
- _____. Rota e prospectiva de um projeto marxista. *Ensaios Ad Hominem / Estudos e Edições Ad Hominem*. São Paulo, n. 1, Tomo IV, p. 5-78, 2001.
- FÁRIA, Leônidas Dias. *A determinação sócio-histórica das formações ideais nas teorias da mais-valia de Karl Marx*. 2003. 219 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- FOSTER, John Bellamy. Marx e o meio ambiente. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (Org.). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1999. p.161-174.
- KRADER, Lawrence (Org.). *Los apuntes etnológicos de Karl Marx. (The ethnological notebooks of Karl Marx)*. (Trad.) José Maria Ripalda. Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 1988.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Tradução de: *Die deutsche Ideologie*. (Trad.) José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- _____. *A sagrada família. (Die heilige Familie oder Kritik der Kritischen Kritik)*. (Trad.) Marcelo Backes. São Paulo: Editorial Boitempo, 2003.
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel. (Zur Kritik der hegelischen Rechtsphilosophie)*. (Trad.) Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *Teorias da mais-valia. (Theorien über den mehrwert: vierter band des kapitals)*. (Trad.) Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987. 3 v.
- MCNALLY, David. Língua, história e luta de classe. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (Org.). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1999. p.33-49.
- NANDA, Meera. Contra a destruição/desconstrução da ciência: histórias cautelares do terceiro mundo. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (Org.). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1999. p.84-106.
- VAISMAN, Ester. A usina onto-societária do pensamento. *Ensaios Ad Hominem / Estudos e Edições Ad Hominem*. São Paulo, n. 1, Tomo I, p. 247-287, 1999.
- _____. Apresentação: Dossiê Marx: itinerário de um grupo de pesquisa. *Ensaios Ad Hominem / Estudos e Edições Ad Hominem*. São Paulo, n. 1, Tomo IV, 2001.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. O que é a agenda pós-moderna?. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (Org.). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 7-22.